

Balanço Patrimonial

Descrição	Notas	Em milhares	
		30/06/2021	31/12/2020
ATIVO		9.198.342	9.193.370
DISPONIBILIDADES		4.556	3
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		8.855.182	8.870.318
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	6.707.142	6.856.321
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.644.168	1.687.552
Relações Interfinanceiras	7	294.490	120.754
Repasse Interfinanceiros		294.490	120.754
Operações de Crédito	8	205.658	201.986
Outros Ativos Financeiros	9	3.724	3.705
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(294)	(421)
(-) Operações de Crédito		(137)	(168)
(-) Outras	10	(156)	(254)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	11	141	122
OUTROS ATIVOS	12	41.872	40.536
INVESTIMENTOS	13	292.072	277.823
IMOBILIZADO DE USO	14	8.385	7.951
INTANGÍVEL	15	12.863	12.863
(-) DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES		(16.434)	(15.825)
TOTAL DO ATIVO		9.198.342	9.193.370

Descrição	Notas	Em milhares	
		30/06/2021	31/12/2020
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.198.342	9.193.370
DEPÓSITOS	16	1.807.429	1.699.364
Depósitos à Vista		75.769	50.553
Depósitos Sob Aviso		765	755
Depósitos à Prazo		1.730.895	1.648.055
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		6.748.454	6.890.541
Relações Interfinanceiras	17	6.743.843	6.882.608
Centralização Financeira - Cooperativas		6.743.843	6.882.608
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18	4.580	7.900
Outros Passivos Financeiros	19	32	33
PROVISÕES	21	4.256	4.239
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	22	797	954
OUTROS PASSIVOS	23	68.026	56.261
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		569.380	542.011
CAPITAL SOCIAL	24	421.516	421.516
RESERVAS DE CAPITAL		-	84.813
RESERVAS DE SOBRAS		129.640	16.066
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(6.919)	-
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		25.143	19.616
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		9.198.342	9.193.370

Rui Schneider da Silva
Presidente

Maria Luisa Lasarim
Diretora Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora

CRC - MG-071309/O-3 T-SC

Demonstração das Sobras ou Perdas

Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Notas	Em milhares	
		30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		113.194	125.508
Operações de Crédito	25	6.448	3.753
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		88.122	101.140
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		18.605	20.557
Resultado das Aplicações Compulsórias		19	58
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	26	(111.324)	(127.380)
Operações de Captação no Mercado	16.b	(21.590)	(27.544)
Operações de Empréstimos e Repasses	18.a	(122)	(271)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(89.737)	(99.472)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		125	(93)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.870	(1.872)
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		23.901	16.319
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	27	15	58
Dispêndios e Despesas de Pessoal	28	(13.930)	(11.918)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	29	(12.271)	(9.918)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(135)	(119)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		21.115	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	30	29.472	38.295
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	31	(365)	(79)
RESULTADO OPERACIONAL		25.771	14.447
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	32	111	254
Outras Rendas Não Operacionais		156	290
(-) Perdas de Capital		-	(26)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(45)	(10)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		25.882	14.701
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(34)	(90)
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(17)	(52)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(17)	(38)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(704)	(545)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		25.143	14.065

Rui Schneider da Silva
Presidente

Maria Luisa Lasarim
Diretora Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares

Descrição	Notas	Capital Subscrito	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Reservas de Lucros a Realizar	Outros Resultados Abrangentes	Sobras ou Perdas Acumuladas	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		282.366	66.247	11.819	-	10,00	-	12.570	373.012
Destinações de Sobras									
Exercício Anterior:									
Constituição de Reservas		-	12.570	-	-	-	-	(12.570)	
Outros		-	10.115	-	-	-	-	-	10.115
Eventos/Reservas		-	-	-	-	-	-	-	10.115
Movimentação de Capital:									
Por Subscrição/Realização		18.327	-	-	-	-	-	-	18.327
Por Devolução (-)		(5)	-	-	-	-	-	-	(5)
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	-	-	14.065	14.065
Saldos em 30/06/2020		300.688	88.933	11.819	-	10,00	-	14.065	415.515
Saldos em 31/12/2020		421.516	84.813	16.056	-	10,00	-	19.616	542.011
Destinações de Sobras									
Exercício Anterior:									
Outras Destinações		-	19.616	-	-	-	-	(19.616)	
Constituição de Reservas		-	(105.195)	-	105.195	-	-	-	
Outros		-	766	-	8.379	-	-	-	9.145
Eventos/Reservas		-	-	-	-	-	-	-	9.145
Sobras ou Perdas do Período		-	-	-	-	-	-	25.143	25.143
Ajuste de avaliação patrimonial - invest. em coligadas e controladas		-	-	-	-	-	(6.919)	-	(6.919)
Saldos em 30/06/2021		421.516	-	16.056	113.574	10	(6.919)	25.143	569.381

Rui Schneider da Silva
Presidente

Maria Luisa Lasarim
Diretora Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

Demonstração do Fluxo de Caixa

Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Notas	Em milhares	
		30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		25.882	14.700
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(13.892)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(21.115)	-
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(125)	93
Atualização de Depósitos em Garantia		(16)	(23)
Depreciações e Amortizações		609	604
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		5.235	1.482
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(341.590)	(68.237)
Títulos e Valores Mobiliários		(2.833)	669.060
Relações Interfinanceiras		(173.641)	4.782
Operações de Crédito		(3.673)	70.612
Outros Ativos Financeiros		(99)	126
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(19)	-
Outros Ativos		(1.336)	(3.231)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à Vista		25.215	585
Depósitos sob Aviso		10	11
Depósitos à Prazo		82.840	11.591
Relações Interfinanceiras		(138.765)	1.798.261
Obrigações por Empréstimos e Repasses		(3.320)	(10.561)
Outros Passivos Financeiros		(1)	(274)
Provisões		16	(197)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(157)	(115)
Outros Passivos		11.061	(2.831)
Imposto de Renda		(17)	(52)
Contribuição Social		(17)	(38)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		(541.091)	2.470.974
Atividades de Investimentos			
Distribuição de Dividendos		-	13.892
Aquisição de Intangível		-	(319)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(433)	(1.116)
Aquisição de Investimentos		6.867	(15.032)
Outros Ajustes		-	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		6.434	(2.575)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital		-	18.327
Devolução de Capital à Cooperados		-	(5)
Outros Eventos/Reservas		2.226	10.115
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		2.226	28.437
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(532.431)	2.496.836
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		6.418.477	5.106.432
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		5.886.045	7.603.268
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(532.431)	2.496.836

Rui Schneider da Silva
Presidente

Maria Luisa Lasarim
Diretora Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC

Demonstração de Resultado Abrangente

Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Notas	Em milhares	
		30/06/2021	30/06/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		25.143	14.065
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		(6.919)	-
Ajuste de avaliação patrimonial – investimentos em coligadas e controladas		(6.919)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		18.224	14.065

Rui Schneider da Silva
Presidente

Maria Luisa Lasarim
Diretora Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC – MG-071309/O-3 T-SC

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL SICOOB CENTRAL SC/RS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** é uma sociedade cooperativa, fundada em 08/11/1985, componente da **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB – CENTRO CORPORATIVO SICOOB**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Está integrada à **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – CENTRO CORPORATIVO SICOOB** e é uma das acionistas do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. – BANCO SICOOB**, tendo controle compartilhado sobre ele.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** possui 38 cooperativas singulares filiadas nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e as representa perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A partir de maio/2021, conforme a metodologia IRRBB – *Interest Rate Risk of Bankig Book* para mensurar o risco de mercado, o **SICOOB CENTRAL SC/RS** subiu uma classificação na segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, passando de S4 para S3. No item 36.2 Risco de Mercado e de Liquidez desta Nota Explicativa, constam maiores informações sobre a alteração.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em **04/08/2021**.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em Vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a Serem Aplicadas em Períodos Futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. A Resolução CMN nº 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Resolução CMN nº 4.872/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

c) Mudanças na forma de apresentação nos Demonstrativos Contábeis de 2020 e 2021

A partir de abril de 2021, em atendimento ao “CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, a Central passou a reconhecer em seu patrimônio líquido, em conta de outros resultados abrangentes, os efeitos reflexos de seu investimento no Banco Sicoob, avaliado pelo Método de Equivalência Patrimonial. Este reconhecimento, somente foi possível neste momento em razão da inexistência, até então, de atributo específico para cooperativas na conta de ajustes de avaliação patrimonial de coligadas e controladas do plano de contas COSIF definido pelo Banco Central do Brasil à conta. Neste sentido, em função da impossibilidade de registro contábil até março de 2021 e da avaliação de imaterialidade do ajuste, a contabilização do montante acumulado em resultado abrangente foi realizada dentro deste período contábil, de forma prospectiva, nos termos do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de estimativas e retificação de erro.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.



Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** junto a seus associados, colaboradores e a comunidade está fazendo sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da sua missão:

- Constituição do comitê de crise, com o objetivo de analisar o cenário da pandemia e definir as ações a serem tomadas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** para continuidade de seus negócios;
- Investimentos em tecnologia para permitir o trabalho remoto com segurança e qualidade;
- Adoção do trabalho remoto para os funcionários do grupo de risco e, quando necessário, para todo o quadro funcional;
- Adoção das medidas sanitárias definidas pelas autoridades competentes;
- Comunicação frequente com o quadro funcional e com as cooperativas filiadas sobre o cenário de pandemia;
- Adoção de reuniões, assembleias e treinamentos de forma virtual;
- Elaboração, aprovação e implantação da política de teletrabalho; e
- Elaboração e aprovação do Plano de Continuidade Operacional (PCO) para epidemias e/ou pandemias.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pelas cooperativas singulares que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

l) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas da **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – CENTRO CORPORATIVO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição, ações **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. – BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, e na controlada no **SICOOB SC/RS CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS S/A** e na **CNAC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AUDITORIA COOPERATIVA**.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e *softwares*, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **30 de junho de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **30 de junho de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	4.556	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a)	5.474.989	5.965.758
Títulos e Valores Mobiliários (a)	406.500	452.717
TOTAL	5.886.045	6.418.477

(a) Referem-se as operações com disponibilidade imediata e cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Não Ligadas	6.242.355	449.033	6.429.388	407.800
Não Ligadas Com Garantia	15.754	-	16.079	3.053
TOTAL	6.258.110	449.033	6.445.468	410.853

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI com remuneração entre 98% e 109% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Não Ligadas	5.474.989	767.366	449.033	6.691.388
Não Ligadas Com Garantia	-	15.754	-	15.754
TOTAL	5.474.989	783.121	449.033	6.707.142

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos semestres findos em 30/06/2021 e 30/06/2020 foram respectivamente R\$ 88.121.922,62 e R\$ 101.139.890,45.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa	33.049	1.224.987	32.838	998.301
Cotas de Fundos de Investimento	373.451	-	452.717	-
Vinculados a Prestação de Garantias	-	12.681	-	203.697
TOTAL	406.500	1.237.668	485.555	1.201.998

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e Cotas de Fundo de Renda Fixa, com remuneração de 100% a 115% do CDI.

Abaixo a composição por tipo de aplicação e situação de prazo:

Tipo	Até 90	De 90 a 360	Acima de 360	Total
Títulos de Renda Fixa	33.049	-	1.224.987	1.258.036
Cotas de Fundos de Investimento	373.451	-	-	373.451
Vinculados a Prestação de Garantias	-	-	12.681	12.681
TOTAL	406.500	-	1.237.668	1.644.168

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos semestres findos em 30/06/2021 e 30/06/2020 foram respectivamente R\$ 18.604.973,32 e R\$ 20.556.890,92.

7. Repasses Interfinanceiros

Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Devedores Por Repasses de Recursos do Crédito Rural	102.142	191.859	41.325	78.204
Devedores por Repasses de Outros Recursos	490	-	1.225	-
TOTAL	102.632	191.859	42.550	78.204

8. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2021			31/12/2020
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	185.220	20.078	205.297	201.096
Financiamentos	361	-	361	890
Total de Operações de Crédito	185.580	20.078	205.658	201.986
(-) Provisões para Operações de Crédito	(63)	(74)	(137)	(168)
TOTAL	185.517	20.003	205.520	201.819

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Financiamentos	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 30/12/2020
AA	-	Normal	187.110	274	187.384	-	179.569	-
A	0,50%	Normal	8.963	87	9.050	(45)	11.313	(57)
B	1%	Normal	9.225	-	9.225	(92)	11.104	(111)
Total Geral			205.297	361	205.658	(137)	201.986	(168)
Provisões			(137)	(0)	(137)		(168)	
Total Líquido			205.160	360	205.520		201.819	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	7.379	177.841	20.078	205.297
Financiamentos	271	90	-	361
TOTAL	7.650	177.931	20.078	205.658

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	168	155
Constituições/Reversões no período	(30)	13
Transferência para Prejuízo no período	-	-
Saldo Final	137	168

e) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	71.304	14,26%	55.377	17,16%
10 Maiores Devedores	397.855	79,55%	231.621	71,77%

f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	1.567	1.567
Valor das operações transferidas no período	-	-
Valor das operações recuperadas no período	-	-
TOTAL	1.567	1.567

9. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas a **SICOOB CENTRAL SC/RS** por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	3.724	3.705
TOTAL	3.724	3.705

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis - Depósito Judicial (R\$1.690.190,73), Cofins - Depósito Judicial (R\$1.983.590,83) e outros (R\$50.058,70).

10. Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Perdas em Repasses Interfinanceiros (a)	(41)	(104)	(74)	(167)
Provisões para Perdas sem Característica de Concessão de Crédito	(11)	-	(12)	-
TOTAL	(53)	(104)	(87)	(167)

(a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Repasses Interfinanceiros	Total em 30/06/2021	Provisões 30/06/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	265.474	265.474		72.418	
A	0,50%	Normal	29.016	29.016	(145)	48.335	(242)
Total Geral			294.490	294.490	(145)	120.754	(242)
Provisões			(145)	(145)		(242)	
Total Líquido			294.345	294.345		120.512	

11. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Estão compostos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	92	74
Imposto de Renda A Recuperar	49	49
TOTAL	141	122

12. Outros Ativos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	572	149
Adiantamentos Para Pagamentos De Nossa Conta (a)	36.306	36.718
Pagamentos a Ressarcir	866	299
Devedores Diversos – Pais (b)	2.512	2.509
Material Em Estoque	163	136
Despesas Antecipadas (c)	1.453	725
TOTAL	41.872	40.536

(a) Refere-se, substancialmente, a participação na controlada Sicoob SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A, referente ao período de janeiro a junho/2021, que totaliza R\$ 36.253 (trinta e seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil reais) que é distribuído para as singulares filiadas após encerramento do semestre.

(b) Refere-se, substancialmente, a participação no Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio do **CENTRO CORPORATIVO SICOOB**.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU e processamentos de dados.

13. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas **CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – CENTRO CORPORATIVO SICOOB**, ações do **BANCO COOPERATIVO SICOOB S.A. - BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição, na controlada **SICOOB SC/RS CORRETORA E ADMINISTRADORA DE SEGUROS S/A** e na **CNAC – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AUDITORIA COOPERATIVA**.

Em **30 de junho de 2021** e **31 de dezembro de 2020**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	249.836	235.637
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	41.527	41.527
Participação Em Emp. Cont. Por Coop. Central Crédito	709	659
TOTAL	292.072	277.823

14. Imobilizado de Uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	30/06/2021	31/12/2020
Instalações	10%	646	646
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.344	2.334
Sistema de Processamento de Dados	20%	4.246	3.823
Sistema de Segurança	10%	480	480
Sistema de Transporte	20%	96	96
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		573	573
Total de Imobilizado de Uso		8.385	7.951
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(183)	(151)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.325)	(2.856)
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(381)	(320)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(3.889)	(3.327)
TOTAL		4.496	4.625

15. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de *softwares*.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	884	884
Licenças E Direitos Autorais E De Uso	11.978	11.978
Total de Intangível	12.863	12.863
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(12.545)	(12.498)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(12.545)	(12.498)
TOTAL	318	365

16. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “*pro rata temporis*”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	75.769	-	50.553	-
Depósito Sob Aviso	765	-	755	-
Depósito a Prazo	1.730.895	-	1.647.347	708
TOTAL	1.807.429	-	1.698.656	708

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	30/06/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	1.058.078	12,38%	967.079	11,27%
10 Maiores Depositantes	4.754.931	55,63%	4.918.218	57,32%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(10)	(13)
Despesas de Depósitos a Prazo	(21.580)	(27.532)
TOTAL	(21.590)	(27.544)

17. Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira - Cooperativas

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Centralização Financeira - Cooperativas	6.743.843	6.882.608
TOTAL	6.743.843	6.882.608

18. Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse às cooperativas associadas em diversas modalidades e Capital de Giro.

Instituições	30/06/2021		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações Por Repasses – Microcrédito BNDES	520	-	1.301	-
Obrigações Por Repasses – Microcrédito BADESC	1.018	-	1.018	-
Obrigações Por Repasses - Bradesco	1.773	-	4.029	-
Obrigações Por Repasses - Itaú	1.269	-	1.256	296
TOTAL	4.580	-	7.604	296

a) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Instituições	30/06/2021	30/06/2020
Outras Instituições	(122)	(271)
TOTAL	(122)	(271)

19. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a **SICOOB CENTRAL SC/RS** são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	32	33
TOTAL	32	33

20. Instrumentos Financeiros Derivativos

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos semestres findos em **30/06/2021** e **2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

21. Provisões

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Provisão Para Contingências (a)	4.256	4.239
TOTAL	4.256	4.239

(a) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2021		31/12/2020	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
PIS	1.584	1.690	1.576	1.683
COFINS	1.984	1.984	1.974	1.974
Trabalhistas	689	50	689	48
TOTAL	4.256	3.724	4.239	3.705

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 3.134.099,39 (três milhões, cento e setenta e um mil reais). Essas ações abrangem, basicamente, processos cíveis ou trabalhistas.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores esperados de saída.

22. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	31	-
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	22	70
Impostos e Contribuições sobre Salários	744	885
TOTAL	797	954

23. Outros Passivos

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias	7.845	8.425
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	2	2
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	4.883	3.478
Credores Diversos – País (b)	55.297	44.356
TOTAL	68.026	56.261

(a) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 3.770.560,52), Propaganda e Publicidade (R\$ 633.537,88), Promoções e Relações Públicas (R\$ 254.818,82) e outros (R\$ 224.285,72);

(b) Refere-se, substancialmente, a remuneração da Centralização financeira competência 06/2021 no valor de R\$ 21.594 (vinte e um milhões, quinhentos e noventa e quatro mil) e valores a distribuir as singulares da participação na controlada Sicoob SC/RS Corretora e Administradora de Seguros S/A, referente ao período de janeiro a junho/2021, que totaliza R\$ 36.253 (trinta e seis milhões, duzentos e cinquenta e três mil reais)

23.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Resultado de Atos com Associados (a)	6.544	6.544
Resultado de Atos com não associados (a)	597	597
Gratificações e Participações a Pagar (b)	704	1.285
TOTAL	7.845	8.425

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos empregados do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo a instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se a um Programa de Participação nos Resultados, com regulamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração, o qual estabelece os critérios para elegibilidade e pagamento, condicionados à realização mínima de resultado estabelecido no regulamento.

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 3,00 (três reais) cada e integralizado por suas Cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Capital Social	421.516	421.516
Associados	38	38

24.2 Fundo de Estabilidade Financeira – FEF

Representada pelas destinações estatutárias obrigatórias no percentual mínimo de 35% (trinta e cinco por cento), podendo destinar-se até 100% (cem por cento) das sobras líquidas do exercício, se assim definido pela Assembleia Geral.

Além dos recursos previstos estatutariamente, o FEF poderá ser acrescido com contribuições espontâneas, operacionais, devolução dos valores fornecidos as cooperativas filiadas ao **SICOOB CENTRAL SC/RS**, e outras fontes, mediante autorizações das cooperativas participantes do **SICOOB CENTRAL SC/RS**, em conformidade com as disposições em regulamento próprio do fundo, aprovado pelo Conselho de Administração.

As movimentações demonstradas na DMPL estão assim compostas:

Fundo de Estabilidade Financeira	30/06/2021	30/06/2020
1-Saldo Inicial	84.813	66.247
2-Destinações de Sobras Exercício Anterior	19.616	12.570
3-Outros Eventos/Reservas	9.145	10.115
FEF - SICOOB Central SC/RS - Atualização Monetária	1.562	2.612
FEF - SICOOB Central SC/RS - Amortização	7.583	7.503
TOTAL	113.574	88.933

24.3 Reserva de Sobras – Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10% (dez por cento) quando do encerramento do exercício social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

24.4 Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 03/03/2021, as cooperativas deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** no valor de R\$ 19.616.203,03 (dezenove milhões, seiscentos e dezesseis mil reais) foram integralmente destinados ao Fundo de Estabilidade Financeira – FEF.

24.5 Outros Resultados Abrangentes

Outros resultados abrangentes referem-se a receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, conforme regulamentação em vigor.

No primeiro semestre de 2021, a **SICOOB CENTRAL SC/RS** realizou a avaliação e ajuste de investimentos em participações no **BANCO SICOOB** pelo método de equivalência patrimonial, e registrou como outros resultados abrangentes no valor de (R\$ 6.919.184,00), referente as alterações decorrentes de valores reconhecidos diretamente no patrimônio líquido dessa entidade, sem efeitos sobre o resultado.

25. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Empréstimos	1.239	1.671
Rendas de Financiamentos	14	35
Rendas De Repasses Interfinanceiros	5.195	2.047
TOTAL	6.448	3.753

26. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas De Captação	(21.590)	(27.544)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(122)	(271)
Dispêndios de Depósitos Interooperativos	(89.737)	(99.472)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	82	32
Reversões de Provisões para Repasses Interfinanceiros	206	93
Reversões de Provisões para Outros Créditos	1	3
Provisões para Operações de Crédito	(53)	(48)
Provisões para Repasses Interfinanceiros	(110)	(173)
TOTAL	(111.324)	(127.380)

27. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de Cobrança	-	45
Rendas de Outros Serviços	15	13
TOTAL	15	58

28. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(35)	(34)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(537)	(500)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.549)	(2.033)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.772)	(2.340)
Despesas de Pessoal - Proventos	(7.899)	(6.842)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(129)	(164)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(9)	(6)
TOTAL	(13.930)	(11.918)

29. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(86)	(89)
Despesas de Aluguéis	(478)	(475)
Despesas de Comunicações	(312)	(232)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(118)	(96)
Despesas de Material	(38)	(54)
Despesas de Processamento de Dados	(1.068)	(1.208)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(53)	(86)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(6.745)	(4.327)
Despesas de Publicações	(44)	(33)
Despesas de Seguros	(35)	(54)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(590)	(461)
Despesas de Serviços de Terceiros	(761)	(747)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(34)	(4)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(159)	(185)
Despesas de Transporte	(53)	(96)
Despesas de Viagem no País	(73)	(197)
Despesas de Amortização	(47)	(48)
Despesas de Depreciação	(562)	(556)
Outras Despesas Administrativas	(241)	(296)
Emolumentos judiciais e cartorários	(2)	(3)
Contribuição a OCE	(74)	(66)
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(699)	(606)
TOTAL	(12.271)	(9.918)

30. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	1.905	1.683
Dividendos	-	13.892
Atualização de Depósitos Judiciais	16	23
Rateio de Despesas da Central entre Filiadas	27.393	22.512
Outras Receitas e Ingressos Operacionais	158	186
TOTAL	29.472	38.295

31. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Outras Despesas Operacionais	(365)	(79)
TOTAL	(365)	(79)

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Outras Rendas não Operacionais	156	290
(-) Perdas de Capital	-	(26)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(45)	(10)
Resultado Líquido	111	254

33. Resultado Não Recorrente

Conforme normativo interno sobre resultados não recorrentes, no 1º semestre de 2021 não houve registros referentes a resultado não recorrente.

34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, pessoas jurídicas, cooperativas singulares, com representantes no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, conselho de administração e diretoria executiva, representadas pelas pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades do **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: garantia fidejussória, penhor cédula, caução e garantias reais.

a) Montante das operações ativas liberadas e passivas no 1º semestre de **2021**:

Montante das Operações	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
Montante das Operações Ativas	36.642	23,50%	9
Montante das Operações Passivas	474.990	12,19%	-

b) Operações ativas e passivas – saldo em **30/06/2021**:

Natureza da Operação de Crédito	Saldo Devedor	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Modalidade
Empréstimos	19.113	-	9,31%
Financiamentos	11	-	3,09%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Modalidade	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	538	19,42%	-
Depósitos a Prazo	130.612	7,55%	0,31%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	0,02%
Financiamentos Rurais - Repasses	-
Aplicação Financeira - Pós Fixada	219,82%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO 1º SEMESTRE DE 2021	
Empréstimos e Financiamentos	7,89%
Aplicações Financeiras	6,79%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	66.777
Empréstimos	49.129

e) No 1º semestre de **2021** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO SEMESTRE (R\$)		
Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Honorários – Conselho Fiscal	35	34
Honorários – Diretoria e Conselho De Administração	537	500
Encargos Sociais	149	148
TOTAL	721	682

35. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do **CENTRO CORPORATIVO SICOOB e BANCO SICOOB**.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Encontra-se disponível no sítio das Cooperativas, seção Relatórios, o Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar 3, aplicável às Cooperativas enquadradas nos Segmentos S3 e S4.

35.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

35.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e não negociação, ou seja, na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas, até a data-base abril/2021;
- b) A partir de maio/2021, utilização da metodologia IRRBB – *Interest Rate Risk of Bankig Book* para mensurar o risco de mercado, dado que o **SICOOB CENTRAL SC/RS** subiu uma classificação na segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, passando de S4 para S3;
- c) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- d) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

35.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao Centro Cooperativo Sicoob – CCS, a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

35.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

36. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

37. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.192/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) do **SICOOB CENTRAL SC/RS** encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em **30 de junho de 2021**, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	375.562	360.011
Índice de Basileia - IB%	19,94	19,44

38. Benefícios a Empregados

O **SICOOB CENTRAL SC/RS** é patrocinadora de um plano de Previdência Complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores do **SICOOB CENTRAL SC/RS** são equivalentes a no máximo 3% (três por cento) do salário.

As despesas com contribuições efetuadas pelo **SICOOB CENTRAL SC/RS** totalizaram:

Descrição	30/06/2021	30/06/2020
Contribuição Previdência Privada	88	79
TOTAL	88	79

Rui Schneider da Silva
Presidente

Maria Luisa Lasarim
Diretora Operacional

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC - MG-071309/O-3 T-SC